MÁQUINAS COM PRECONCEITO: DADOS E ALGORITMOS REPRODUZEM DESIGUALDADE RACIAIS

Madalena Dalpra Galdino¹, Jessica Peixoto Cantanhede²

1 Mestranda, Afya Centro Universitário São Lucas,

<u>amandapserafim@gmail.com</u>

2 Docente, Afya Centro Universitário São Lucas,

<u>jessica.cantanhede@afya.com.br</u>

INTRODUÇÃO: Com o objetivo de desenvolver máquinas capazes de semelhar o raciocínio humano, no ano de 1956 John McCarthy, um dos organizadores da Conferência de Dartmouth, apresenta a Inteligência Artificial (IA), que surgiu como campo de estudo. Durante décadas, a IA evoluiu em ciclos de entusiasmo e frustrações, mas consolidou-se de forma acelerada no século XXI com o advento da computação em nuvem, do big data e dos avanços em aprendizado de máquina (machine learning). O desafio não é apenas técnico, mas também filosófico e jurídico: balancear o uso de algoritmos com a sensibilidade e os princípios que orientam o Direito. Dadas as disparidades sociais históricas perpetuadas no Brasil, os aspectos raciais merecem especial atenção, sobretudo pela possível desumanização do processo decisório e pela invisibilização de grupos historicamente marginalizados. OBJETIVO: Analisar de que forma algoritmos e sistemas de Inteligência Artificial podem reproduzir e intensificar disparidades raciais, discutindo os impactos éticos e jurídicos, bem como a necessidade de regulação, transparência e explicabilidade no uso dessas tecnologias. Além disso, busca-se compreender como a implementação de mecanismos de governança pode contribuir para uma utilização mais justa da IA e para a redução dos efeitos discriminatórios. MATERIAL E METODOLOGIA: Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e bibliográfico. Foram consultados artigos científicos, relatórios institucionais e documentos normativos nacionais e internacionais sobre Inteligência Artificial, viés algorítmico e direitos humanos. A metodologia consistiu em revisão crítica de literatura, articulando fundamentos da ciência da computação, sociologia e filosofia do direito, com foco nos impactos sociais e







jurídicos da IA no Brasil. Foram ainda considerados estudos de caso em que sistemas automatizados revelaram falhas estruturais relacionadas a vieses raciais, possibilitando uma análise mais concreta sobre os efeitos práticos da tecnologia. RESULTADOS E **DISCUSSÃO:** A maneira como algoritmos e sistemas de IA podem reproduzir e intensificar disparidades sociais e raciais levanta preocupações significativas. Estudos mostram que sistemas de reconhecimento facial apresentam maiores taxas de erro em pessoas negras, e que ferramentas de seleção automatizada de candidatos podem perpetuar padrões discriminatórios já existentes no mercado de trabalho. No campo jurídico, a ausência de transparência pode gerar decisões arbitrárias, discriminatórias ou injustas, sem possibilidade de questionamento. Além disso, a coleta e o tratamento de dados refletem desigualdades históricas: quando os dados de treinamento são extraídos de contextos sociais desiguais, os algoritmos tendem a replicar essas assimetrias. Esse cenário demonstra que a neutralidade tecnológica é um mito e que, sem medidas regulatórias adequadas, a IA pode reforçar privilégios e exclusões. Nesse contexto, destaca-se a indispensabilidade da implementação de mecanismos contínuos de auditoria jurídica e técnica, a fim de evitar prejuízos sociais e contribuir para uma evolução responsável da tecnologia, alinhada a valores sociais e democráticos. CONCLUSÃO: A análise evidencia que a IA, quando não submetida a mecanismos de controle e regulação, pode reproduzir e intensificar desigualdades raciais historicamente arraigadas. Garantir a transparência e a explicabilidade dos processos decisórios é fundamental para construir confiança, respeitar o contraditório e a ampla defesa, prevenindo decisões injustas. É necessário que o desenvolvimento e a aplicação da IA estejam alinhados aos direitos humanos, assegurando que a tecnologia sirva como instrumento de inclusão e justiça social, e não de exclusão. Dessa forma, a IA poderá ser utilizada de maneira ética, crítica e transformadora, colaborando para uma sociedade mais equitativa, na qual a inovação tecnológica seja sinônimo de progresso coletivo e não de aprofundamento das desigualdades.

Palavras- chave: Inteligência Artificial. Algoritmos. Racismo Estrutural. Desigualdade Social.